

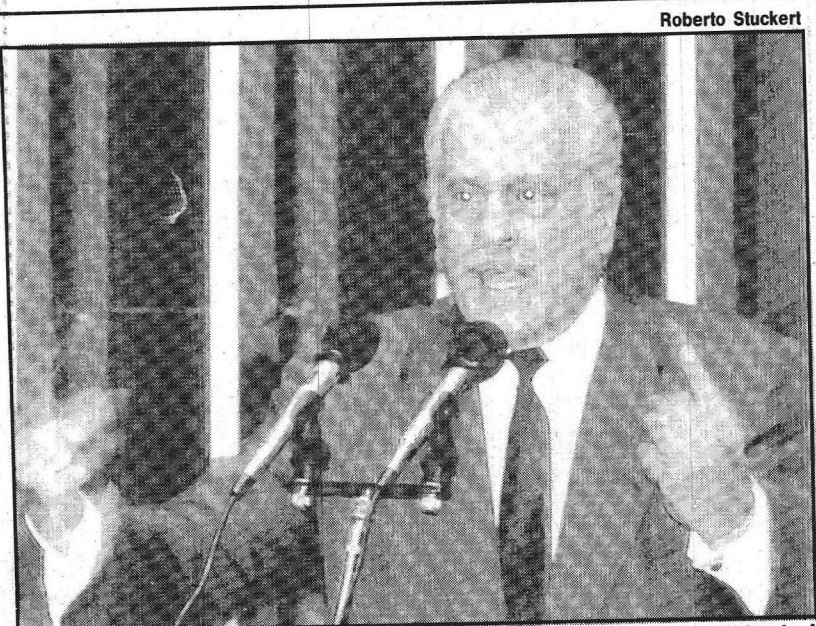
**Se há galhos podres na árvore, que sejam cortados. Onde há Congresso pode não haver liberdade. Mas sem Congresso não há liberdade de jeito nenhum**

Jarbas Passarinho



**Se a CPI for desautorizada e o Congresso não der consequência ao trabalho, estaremos politicamente mortos. Vamos para a rua para sermos apedrejados**

Roberto Magalhães



Roberto Stuckert



Magalhães na reunião com os coordenadores das quatro subcomissões



Vasconcelos e Benito Gama: dedo em riste nos corredores do Congresso

# O Congresso corta a sua carne

DENISE ROTHENBURG e MARCELO DE MORAES

BRASÍLIA — A promessa do presidente da CPI, Jarbas Passarinho (PPR-PA), de que o Congresso Nacional cortaria a sua própria carne começa a ser cumprida hoje, com a proposta de cassação de 17 parlamentares e um suplente incluída no relatório final do deputado Roberto Magalhães (PFL-PE). A partir das 9h, numa sessão que poderá durar mais de 24 horas, o Congresso, protegido por mais de 200 seguranças, viverá um dia histórico.

Existe o temor de que os parlamentares acusados ou suas "tropas de choque" tentem tumultuar a sessão. A tensão ontem chegou ao auge, com os envolvidos lançando

mão de todos os artifícios possíveis para escapar do relatório. O deputado Uldurico Pinto (PSB-BA), um dos mais extremados, acusou o adversário Benito Gama (PFL-BA) de ter orquestrado uma manobra política e ameaçou fazer greve de fome.

Além das propostas de cassação, Magalhães apresentará uma série de sugestões para mudar a tramitação do Orçamento da União, a fim de evitar novos desvios de verbas. O relator vai dedicar um capítulo às empreiteiras e pedir que o Ministério Público aprofunde as investigações que a CPI não conseguiu, ou não pôde, fazer.

Uma das conclusões vai registrar uma diligência feita pessoalmente por Passarinho, na qual ele concluiu que todo o escândalo pode-

ria ter sido apurado há dois anos, quando o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) e o deputado Jacques Wagner (PT-BA) apresentaram o pedido de instalação de uma CPI para investigar as denúncias publicadas no GLOBO sobre manipulação de verbas orçamentárias.

Tudo isso poderia ter sido sanado há dois anos. O que mais me impressionou foi não se ter feito esta CPI quando Ibsen Pinheiro era presidente da Câmara e Mauro Benevides presidente do Senado. Que Deus me perdoe se eu estiver errado, mas, para mim, está nítido que houve uma manobra do PMDB e do PFL para arquivar esta CPI por decurso de prazo — disse Passarinho ontem em entrevista ao GLOBO.

Na entrevista, Passarinho afirma que ne-

hum inocente será acusado. Mas ressalva: "Temo que algum culpado saia inocente por falta de provas". Ele revelou também detalhes dos momentos que considerou mais difíceis em todo o processo. A começar pela "noite trágica" em que recebeu informações sobre os documentos da Odebrecht:

— Pensei que o país tinha acabado.

Com dois livros de memória prontos — "Na Planície" e "No Planalto" — Passarinho diz que esta foi, dentre todas as funções que exerceu, a "pior missão" já recebida.

— A CPI não termina aqui. Vamos mandar tudo o que está pendente para a Corregedoria da Câmara, o Ministério Público e a Receita Federal — promete.

O GLOBO — O senhor acha que a CPI chegou onde deveria ou faltou alguma coisa?

PASSARINHO — Para mim, ela chegou onde deveria. Para ir mais longe, só se nós inventássemos culpa para justificar, o que seria uma indignidade que não tem tamanho.

O GLOBO — O que o senhor acha de todas essas investigações terem sido baseadas justamente nas denúncias de um homem corrupto, acusado de assassinato?

PASSARINHO — Nós chegamos a uma posição em que o José Carlos, com essa carga de acusações que ele recebe, até de ser o mandante do assassinato da mulher, é quem passa os atestados de honorabilidade. No depoimento dele, eu levei um susto, exatamente quando ele falava no meu nome e dizia que o senador Passarinho fora líder do PDS e nunca o procurara. Então, foi aquela gargalhada. Mas ele nos levou a pegar pessoas emblemáticas. Pessoas cuja trajetória, tudo indicava, levaria até a uma disputa presidencial. Eram pessoas poderosas, líderes das bancadas mais importantes.

O GLOBO — O senhor teme que algum inocente acabe sendo culpado?

PASSARINHO — Não. Eu temo que algum culpado saia inocente por falta de provas.

O GLOBO — Existe pressão sobre a CPI para retirar nomes?

PASSARINHO — Pressão nós tivemos o tempo todo. Eu não acredito que possa ocorrer corporativismo. Quebra a cara quem pensa que dobra a convicção do Roberto Magalhães. E a Mesa da CPI atuou com uma homogeneidade e harmonia permanentes. Para mim, foi uma belíssima revelação a presença de Odacir Klein como vice-presidente. Nós fizemos o fim do começo, que é preparar perfeitamente a CPI para dar os dados concretos para o julgamento. O começo do fim parte em duas direções: na direção das Mesas e do Ministério Público, que pode desdobrar a ação de investigação.

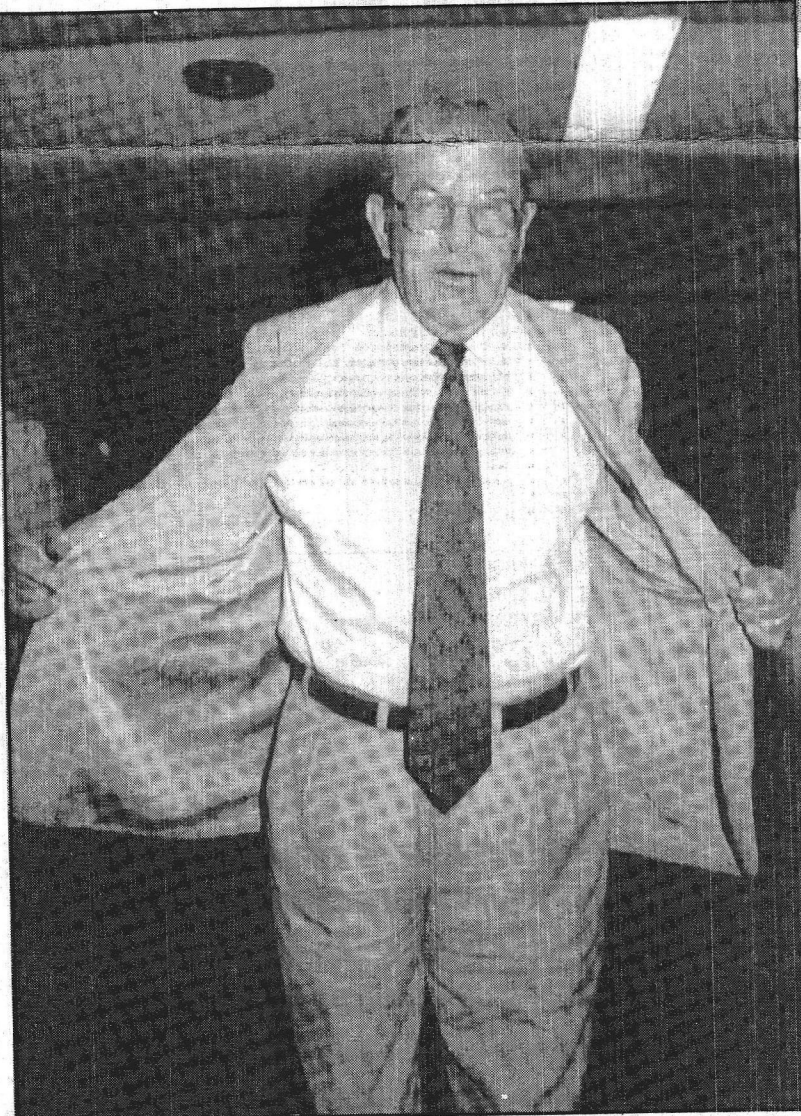
O GLOBO — Qual foi o momento em que o senhor sentiu que a CPI corria o risco de não ir para a frente e causar uma crise?

**Temo que algum culpado saia inocente por falta de provas**

PASSARINHO — Houve um momento sério, quando se tratou de decidir os critérios de convocações. Alguns seriam ouvidos pela comissão e outros por grupos menores. Isso causou aborrecimentos internos e atritos. Mas o mais grave foi quando apareceu um grupo que começou a querer impedir que os governadores fossem ouvidos. No dia da reunião para decidir a convocação dos governadores, cheguei em casa para almoçar, rapidamente, porque já tinha saído tarde, e o senador Garibaldi Alves, outra bela revelação da CPI, me telefonou e disse: "Presidente, não faça a sessão das três da tarde". Eu perguntei por que. Ele disse: "Porque estou notando aqui uma reação para que o senhor seja derrotado. Uma articulação grande, com gente do Norte, do Nordeste, e o senhor vai perder". Eu falei na hora: "Eu vou me bater". Fui um pouco antes da hora, fiz certos contatos e articulações e, para surpresa minha, que ia ser derrotado, acabei ganhando quase por unanimidade. Graças ao velho princípio do PSD antigo de só sentar depois de ter conversado.

O GLOBO — Punir colegas é difícil?

PASSARINHO — Quando eu tive a primeira notícia sobre essas histórias que envolviam os "sete anões", quando eu vi, por exemplo, o meu amigo José Luiz Maia, que se defende até hoje bravamente, aquilo me doeu muito. Quando vocês do GLOBO publicaram uma página inteira em cima dele, aquilo me atingiu. Não só por ser meu colega de partido, para cuja liderança eu contribuí, quando era ministro da Justiça. Houve determinadas surpresas. Uma delas foi Generaldo Correia. Apesar de falar em "sete anões" e não sei o que, eu tinha conhecido Generaldo quando fui ministro da Justiça. Ele tinha ido tomar café da manhã comigo e tinha me



Passarinho ao chegar ao Congresso: "Estou desarmado de arma e espírito"

**José Carlos nos levou a pegar pessoas emblemáticas, gente que até disputaria a Presidência**

afeiçoado a ele. Depois, estive na casa dele e comi uma tapioca baiana. Foi doloroso para mim.

O GLOBO — A CPI teve outros momentos duros?

PASSARINHO — Dentro da sessão houve aquele caso do deputado Anibal Teixeira. Foi um momento em que ele entrou na sala possuído, estava endemoninhado. Era o energúmeno.

O GLOBO — Como o senhor avalia o caso Odebrecht dentro da CPI e o dia em que apareceram os documentos da empreiteira?

PASSARINHO — Ah, como foi bom vocês perguntarem isso. Foi uma noite trágica. Trágica. E é a mágoa que tenho até hoje e disso

eu não esqueço. Eram umas dez horas da noite, ou mais, nós tínhamos acabado uma oitiva daquelas, e eu estava em meu gabinete. Entraram o senador Bisol e o deputado Mercadante. Eu estava com Klein. Os dois comunicaram que Bisol tinha participado da tal diligência. Para traduzir o que os dois tinham dito, sem dizer quem disse, um deles falou: "A CPI acabou. Está todo mundo com o rabo preso e o Congresso está abalado." Eu estava sentado e sentado fiquei. Eu disse: "Bom, do presidente para baixo, quem seja." Eles responderam: "O senhor não está, mas fulano de tal está (o deputado Roberto Magalhães)." E estava na pior condição. O fulano de tal era um dos postos-chaves da CPI. Ai, um virou para mim e disse: "O senhor quer ver os documentos?" Foi quando eu usei aquela expres-

**Anibal Teixeira entrou na sala possuído. Era o energúmeno**

são: "Olha, eu já sei até que há grupos da reserva que estão se reunindo, têm até ato institucional preparado. Se isso que você está me dizendo se comprova, não precisa mais nada. Basta um jipe chegar aqui e fechar isto. Este Congresso inteiro está desmoralizado." E um deles me disse assim: "Dos 16 nomes que o José Carlos citou naquela simulação de suicídio, 90% batem. O senhor quer ver os documentos?" Eu disse não quero: "Amanhã, vocês me dão um relatório e eu, imediatamente, abro uma sessão e vamos à votação, seja qual for a consequência. Sei que vai haver consequência institucional, mas eu vou para ela."

O GLOBO — O que o senhor fez depois?

PASSARINHO — Eles saíram e passei de lá a encadear telefonemas. E graças a certas ligações que eu tinha através de um sobrinho meu do Pará, tive uma informação segura, de uma pessoa que estava no terceiro escalo da Odebrecht, mas conseguiu ir ao primeiro escalo. As 7h da manhã, ela me disse: "Fulano de tal não tem nada com isso. Pode estar até lá, mas ele não sabe que está." Bom, aquilo me deu alma nova. Aquele dia, eu não dormi, telefonando para lá e para cá. Dez horas da manhã, Pedro Simon ligou para mim e disse ter sido convidado a ir ao apartamento do Bisol. Eu disse: "Acho que deves ir." Comecei a desconfiar. Será que vai discutir o relatório que eu ia receber ao meio-dia? As 11h, recebi um telefonema da mulher do Bisol, me convidando para ir ao apartamento. Chegando lá, encontrei o que depois o Roberto Magalhães chamou de comitê de salvação nacional. Estavam Mercadante, Bisol, Genoíno, Miro Teixeira e Nelson Jobim. Eles mandaram chamar todo mundo e o besta do presidente e o Klein sem saber de nada.

O GLOBO — Qual foi sua reação?

PASSARINHO — Eu tive aí uma mágoa muito grande. Porque percebi que eu e Klein ficamos sob suspeita. Depois, veio uma explicação, um pouco esfarapada, de que reuniram esse pessoal já para preparar um pouco o espírito geral do Congresso para o impacto. Segundo o Mercadante, para salvar a instituição. O golpe de mestre que eu dei naquele dia foi encerrar a sessão rapidamente, evitando confusão, e distribuí cópias dos documentos para as subcomissões e abri para vocês da imprensa, pondo Bisol e Mercadante para falar. Se deixo aquela sessão prosseguir com aqueles papéis ali, ah, doutor, o pau ia cantar.

O GLOBO — O senhor acha que pode haver punições para esses parlamentares que comprovadamente lesaram o patrimônio?

PASSARINHO — Pode. Nós fizemos o fim do começo. Agora vem o começo do fim. Eu acho, em primeiro lugar, que deve haver uma tentativa de obter de volta o que tiraram, através do confisco. Segundo, o que parece que não vou conseguir, é processar esses caras por perjúrio. Eu faço aquela cerimônia toda, peço a prestação de compromisso e o cara mente descaradamente.

O GLOBO — O que o senhor achou do arquivamento em 1991 do primeiro pedido dessa CPI do Orçamento?

PASSARINHO — O mais grave é que tudo isso poderia ter sido sanado há dois anos. Uma das coisas que mais me impressionaram mal foi não se ter tido essa CPI, quando Ibsen era o presidente da Câmara e Mauro Benevides do Senado. Todos os partidos não indicaram os membros. O PFL do meu grande amigo Marco Maciel só indicou em março. E se vocês pegarem o papel que eu trouxe, porque eu fiz essa diligência, no dia 16 de dezembro, o Benevides recebia a resposta dos líderes, menos de Marco Maciel. Do dia 16 de dezembro a 14 de maio é que vai aparecer na Câmara a última indicação, do PFL. E a penúltima foi do PMDB. Eram justamente os partidos que sempre se alternavam no comando da Comissão de Orçamento. Houve nítida, para mim, e que Deus me perdoe se estiver errado, manobra para matar a CPI por decurso de prazo. Bastava não indicar.